

Aplicação: 2014

CURSO DE FORMAÇÃO – 2.ª TURMA
PROVA OBJETIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 5** Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e deixe o local de prova.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES:

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais:
0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br;
www.cespe.unb.br.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.

PROVA OBJETIVA

Julgue os itens a seguir, de acordo com os fundamentos do setor elétrico relativos à geração de energia.

- 1 Do ponto de vista mundial atualmente, o gás natural é considerado o combustível mais importante para a produção de eletricidade, devido ao seu baixo custo e à abundância de suas reservas, que o tornam economicamente mais viável que outros combustíveis.
- 2 As fontes de energia que se originam do Sol são: eólica, hidráulica, biomassa, combustíveis fósseis, nuclear e geotérmica.
- 3 A energia solar-térmica é classificada como uma fonte renovável de energia, visto que a exploração comercial dessa fonte alternativa de energia é economicamente viável para atender as demandas de consumo atuais e futuras de uma sociedade.
- 4 O aproveitamento do calor rejeitado pela geração termelétrica para o aquecimento de algum processo industrial, comercial ou residencial constitui um exemplo do processo de cogeração.
- 5 Para a conversão da energia hidráulica contida nos rios, as hidrelétricas operam aproveitando o potencial gravitacional do planeta, por meio de arranjos que incluem: o desvio do rio; a derivação de parte de um rio; o represamento sem acumulação, denominado fio d'água; e o reservatório.
- 6 São exemplos de fontes alternativas de energia: o vento (fonte eólica) e as usinas que produzem energia a partir do processamento do bagaço de cana-de-açúcar.

Com relação aos sistemas de transmissão, subtransmissão e distribuição de energia elétrica, julgue os itens de **7 a 12**.

- 7 A elevação do nível de tensão por meio dos transformadores elevadores no processo de transmissão é necessária para se evitarem as perdas jáulicas.

- 8 O sistema de transmissão destina-se ao transporte de blocos reduzidos de potência para as subestações de distribuição.
- 9 O arranjo do tipo barra em anel requer o uso de apenas um disjuntor por circuito.
- 10 No arranjo do tipo barra dupla, a ocorrência de falha em circuito de uma das barras ocasiona a perda permanente dos circuitos conectados em ambas as barras.
- 11 Os consumidores residenciais são atendidos pelos alimentadores de distribuição secundários.
- 12 A principal função das chaves seccionadoras em circuitos de potência é a interrupção de correntes de falta ou de curto-circuito.

Com referência à comercialização no setor elétrico e à estrutura desse setor, julgue os itens a seguir.

- 13 No modelo do comprador único, o risco de crédito dos consumidores de energia elétrica deve ser alocado aos geradores.
- 14 Os limites de repasse tarifário na aquisição de energia têm o objetivo de incentivar a contratação eficiente pelas distribuidoras.
- 15 O modelo de competição no atacado tem como premissa a equalização dos custos de aquisição de energia pelas distribuidoras.
- 16 O esgotamento das economias de escala no segmento de geração de energia elétrica é uma das justificativas para a introdução da competição nesse mercado.
- 17 O setor elétrico brasileiro possui características dos modelos de competição no atacado, de competição no varejo e do monopólio.
- 18 O modelo do comprador único — *single buyer* — baseia-se na competição por contratos de longo prazo entre os geradores.

Em relação à regulação do serviço público de energia elétrica, julgue os itens a seguir.

- 19 Compete à ANEEL promover licitações na modalidade de leilão para a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição do Sistema Interligado Nacional.
- 20 A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica tem por finalidade viabilizar a comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional, destinando-a ao ambiente de contratação regulada.
- 21 O Ministério de Minas e Energia é o órgão responsável pela definição das tarifas de energia elétrica para os consumidores finais.

Em relação ao setor energético brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 22 Os custos operacionais da concessão (OPEX) são remunerados por um valor-teto, que pode ser reajustado em função dos custos anuais reais da concessionária.
- 23 A parcela A, conhecida como custos não gerenciáveis, compreende os custos de geração, transmissão e encargos de energia elétrica.
- 24 As pequenas centrais hidrelétricas são exemplos de concessões de serviço público.

Julgue os itens de 25 a 30, acerca das condições gerais de fornecimento de energia elétrica e do processo punitivo da ANEEL.

- 25 Para que possa efetuar o corte de energia por inadimplemento de fatura regular, a distribuidora deverá enviar ao consumidor uma comunicação prévia, que poderá ser impressa em destaque na própria fatura, com um prazo mínimo de quinze dias de antecedência do dia aprazado para o procedimento de corte.
- 26 A irregularidade na medição, expressão técnica equivalente à popular gambiarra, é ocasionada por ligação clandestina feita por consumidor que não possui relação contratual com a concessionária.
- 27 O consumidor vítima de dano a equipamento elétrico decorrente de perturbações no sistema de distribuição em unidade consumidora atendida com tensão igual ou inferior a 2,3 kV terá direito a indenização que compreenda os prejuízos de natureza material e moral que venha a suportar, bem como os valores referentes a eventuais lucros cessantes. Nesse caso, o requerimento do consumidor deverá ser dirigido à ANEEL, que é o órgão competente para julgá-lo e pronunciar-se sobre seu mérito.

- 28 No que se refere à aplicação da penalidade de revogação de autorização, a ANEEL tem acolhido as justificativas dos agentes que comprovem que o descumprimento de seus cronogramas foi ocasionado por fatos imprevisíveis, como chuvas e precariedade de estradas.
- 29 O termo de ajustamento de conduta pode ser utilizado pela ANEEL para corrigir inconformidades nos serviços prestados por concessionária, convertendo-se, assim, o valor da multa que seria aplicada em investimento adicional não remunerável.
- 30 A Lei n.º 12.767/2012 permite ao poder concedente, por meio da ANEEL, intervir nas concessões de serviço público de energia elétrica com o fim de assegurar sua prestação adequada e o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais vigentes.

Acerca das normas e regulamentos relacionados à geração de energia no setor elétrico, julgue os itens que se seguem.

- 31 Com a edição da Lei n.º 12.783/2013, a prorrogação das concessões de geração de energia hidrelétrica alcançadas pelo art. 19 da Lei n.º 9.074/1995, a critério do poder concedente, poderá ser realizada, uma única vez, pelo prazo de até trinta anos.
- 32 A Lei n.º 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, considera a determinação do prazo de vigência como cláusula essencial dos contratos de concessão, mas não define esse prazo.
- 33 A Lei n.º 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, veda ao administrador o exercício da discricionariedade na concessão de prorrogação de contrato de concessão, visto que o obriga à prática do ato.
- 34 De acordo com a Lei n.º 9.074/1995, as concessões de geração de energia elétrica podem ser prorrogadas pelo prazo de até vinte anos, visando garantir a qualidade do atendimento aos consumidores a custos adequados.
- 35 As concessões de transmissão e distribuição de energia elétrica contratadas a partir da Lei n.º 9.074/1995 — que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos — terão prazo limitado a trinta anos, contado da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogadas, no máximo, por igual período.
- 36 O processo de geração de energia elétrica no Brasil limita-se a dois regimes legais: o regime de serviço público e o regime de autoprodução.

No que se refere às normas e aos regulamentos da transmissão e distribuição de energia elétrica, julgue os itens a seguir.

- 37** A concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica somente fará jus ao recebimento da Receita Anual Permitida a partir da efetiva disponibilidade para operação comercial de suas instalações de transmissão.
- 38** Conforme a Lei n.º 12.111/2009, a ANEEL detém a competência para expedir os atos autorizativos referentes às instalações de transmissão de energia elétrica destinadas a interligações internacionais.
- 39** Nos termos da Lei n.º 9.074/1995, a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica é atividade a ser exercida em caráter exclusivo pela concessionária, sendo-lhe proibido desenvolver atividades de geração, transmissão e comercialização de energia para consumidores não atendidos em condições reguladas.
- 40** O acesso à Rede Básica pelo seccionamento de linha de transmissão deve ser precedido da celebração do contrato de conexão à transmissão e do contrato de uso do sistema de transmissão.
- 41** Integram a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional as instalações de transmissão em tensão igual ou superior a 230 kV e as demais instalações de transmissão (DITs).
- 42** O regime de permissão de serviço público de distribuição de energia elétrica é igualmente aplicável a distribuidoras e cooperativas de eletrificação rural.

Julgue os itens seguintes, relativos à mediação e à resolução de conflitos.

- 43** Na condição de agência reguladora, a ANEEL deve preocupar-se com a resolução dos problemas e conflitos concretamente apresentados a sua ouvidoria, não podendo extrapolar os limites de sua competência e enfrentar, de ofício, questões de natureza difusa que concernam à totalidade de agentes ou de consumidores.
- 44** O tratamento de solicitações de ouvidoria da ANEEL é todo concentrado em Brasília, por não existir base legal para sua descentralização aos estados da Federação.
- 45** A ANEEL tem competência para mediar desacordos sobre cumprimento de cláusulas contratuais e descumprimento de atos regulatórios relativos ao setor elétrico.
- 46** Compete à ANEEL dirimir, no âmbito administrativo, as divergências entre concessionárias e seus consumidores.
- 47** A função de ouvidoria é incumbida a um dos diretores da ANEEL, na qualidade de ouvidor, o qual deve zelar pela qualidade dos serviços públicos de energia elétrica, recebendo, apurando e solucionando as reclamações tanto de agentes quanto de consumidores.
- 48** Caso não concorde com a qualidade dos serviços prestados por distribuidora de energia elétrica, o consumidor deve contatá-la, diretamente ou por intermédio de serviço gratuito de telefonia; em seguida, se julgar que o atendimento não tenha sido satisfatório ou que não tenha provocado alteração na sua discordância, ele poderá registrar solicitação de ouvidoria na ANEEL.